DANIEL NOGUEIRA CHIGNOLI

**DE OBJETO A SUJEITO: O ESTATUTO JURÍDICO DOS ESCRAVOS
NO IMPÉRIO DO BRASIL**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Dra. Maria Cristina S. Carmignani

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2018

DANIEL NOGUEIRA CHIGNOLI

**DE OBJETO A SUJEITO: O ESTATUTO JURÍDICO DOS ESCRAVOS
NO IMPÉRIO DO BRASIL**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob orientação da Professora Dra. Maria Cristina S. Carmignani.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

RESUMO

CHIGNOLI, D.N. De objeto a sujeito: o estatuto jurídico dos escravos no Brasil. 2018. 187 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O presente estudo trata da situação dos escravos no âmbito do Direito Brasileiro do Império. Tradicionalmente, o escravo foi caracterizado como objeto de direito, ser humano reduzido ao estatuto de bem semovente, por meio da *capitis diminutio maxima* da escravidão, sob os critérios do Direito Romano. Em contrapartida, estudos mais recentes sobre o tema divergem dessa concepção, ao compreenderem o escravo como sujeito de direito, capaz de rebelar-se, fugir e questionar sua situação jurídica, o que relevaria sua capacidade de agência em uma determinada realidade. Verifica-se, dessa forma, uma clivagem entre trabalhos que apresentam os escravos apenas como objetos e obras que os colocam junto ao rol dos sujeitos de direito. Buscaram-se as legislações, as doutrinas e as jurisprudências que tratavam do tema do escravo no Brasil, como fontes primárias do Direito. A partir dessa análise, concluiu-se que a forma jurídica do escravo era indissociável daquela do proprietário de escravos, bem como havia uma inter-relação entre direito privado e direito público na determinação do estatuto jurídico dos cativos brasileiros. Propõe-se uma releitura do tema, que não se atenha à defesa intransigente do escravo como mero objeto de direito, nem como pleno sujeito, mas como uma relação dialética que se modifica ao longo da História, por meio de mudanças que ocorrem no Direito do Império do Brasil. Muda-se o foco, desse modo, da análise do escravo isoladamente, para inseri-lo em um contexto maior, que também abarca o proprietário de escravos, com interesses diametralmente opostos aos dos cativos, bem como as instituições do Estado brasileiro, que ora se apresentavam como favoráveis à escravidão, ora como contrárias a esse fenômeno. A síntese desse processo é que não se pode tratar do tema de maneira monolítica, nem aceitar que haja uma linearidade e coerência na evolução do Direito ao longo da História, mas é necessário compreender as janelas de oportunidade que a norma jurídica estabeleceu para a emancipação dos escravos, bem como os momentos de retrocesso que também foram encampados pela legislação.

Palavras-chave. Escravidão. Objeto de Direito. Sujeito de Direito. Direito Público. Direito Privado.

ABSTRACT

CHIGNOLI, N. D.. **From object to person: the legal status of slaves in Brazil.** 2018. 187 pages. Thesis (Master) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The present study approaches the legal situation of slaves in the Empire of Brazil. Traditionally, slaves were depicted as legal objects, as human beings reduced to the status of a livestock, due to *capitis diminution maxima* under Roman Law criteria. Conversely, recent studies disagree on this idea and consider the slave as a person under law capable of rebelling, scaping and questioning their status, what would reveal their capability of determination in certain reality. Hence, there is a division between the papers that characterize slaves as only livestock and other pieces of work which put them as persons under law. This paper analysed legislation, doctrine and case law about slaves in the Empire of Brazil, as primary sources of Law. As of this analysis, the conclusion is that the legal framework of slaves was inseparable from the legal framework of the master, as well as there was a interrelation between private law and public law in determining the legal status of Brazilian bondmen. A reinterpretation of the matter is proposed, neither rigidly defending slaves as mere livestock, nor always supporting them as persons under law, but as a dialectical relation modified through History, whereby changes occurred in Brazilian Law. Therefore, the focus changes from solely analysing slaves to put them into a bigger context that also encompasses masters with opposite interests and the Brazilian State institutions that at times favoured slaves, and sometimes affected them. The synthesis of this process is that this matter neither must be treated monolithically, nor must accept a predetermined evolution in Law through History, but it is necessary to understand the opportunity horizons established by laws to emancipate slaves, as well as setbacks also engendered by legislation.

Keywords. Slavery. Livestock. Person under Law. Public Law. Private Law.

A minha avó, Eva, de quem sinto saudade.

AGRADECIMENTOS

Ao grupo de estudos e de monitoria de História do Direito da Faculdade de Direito de São Paulo, seus professores, pós-graduandos e graduandos, por me terem acolhido com tanta generosidade; pois, sem as reuniões regulares, as discussões sobre os temas históricos e os afetos de amizade desenvolvidos, esse trabalho não haveria terminado.

Em especial a minha orientadora, Professora Dra. Maria Cristina S. Carmignani, pela paciência e dedicação para comigo durante esses três anos; além da confiança depositada em mim, ao me aceitar no programa de pós-graduação.

A minha esposa, Carolina, que está ao meu lado, sempre.

A todos que de alguma forma contribuíram para esse trabalho, o laconismo de minhas palavras é inversamente proporcional ao afeto e abraço apertado que transmito com sinceridade, sempre que nos vemos, assim como os bons pensamentos, em toda ocasião.

Conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história.

Karl Marx

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ESTATUTO JURÍDICO DO ESCRAVO ANTES DA INDEPENDÊNCIA	13
2.1 LEGISLAÇÃO COLONIAL.....	13
2.2 LEGISLAÇÃO JOANINA.....	27
2.3 O HAITIANISMO E A REVOLUÇÃO DE 1817 EM PERNAMBUCO: SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONCEPÇÃO ESCRAVISTA BRASILEIRA	36
3 ESTATUTO JURÍDICO DOS ESCRAVOS NO IMPÉRIO DO BRASIL.....	41
3.1 O PRIMEIRO REINADO	41
3.1.1 A escravidão no início da década de 1820 e projetos para a abolição	41
3.1.2 As discussões sobre a escravidão na Assembleia Constituinte e na Carta de 1824.	50
3.1.3 Os Tratados de 1826 e 1827: inserção internacional e escravidão.....	58
3.2 A REGÊNCIA	69
3.2.1 Antecedentes da Lei 1831.....	69
3.2.2 Os debates parlamentares e a Lei de 5 de novembro de 1831	70
3.2.3 O regresso conservador contra a Lei de 1831	76
3.3 O SEGUNDO REINADO ATÉ 1850.....	83
3.3.1 O gabinete liberal da maioria e o tráfico	83
3.3.2 O <i>bill Aberdeen</i> ou <i>Brazilian act</i> e o tráfico.....	84
3.3.3 A Lei Eusébio de Queirós.....	86
3.4 O SEGUNDO REINADO: 1850 A 1870	88
3.4.1 A escravidão em diferentes províncias: Rio Grande do Sul após 1850	88
3.4.2 A permanência do escravismo após 1850: manumissão e escravidão	100
3.4.3 Intervenção pública na propriedade escrava na década de 1860	107
3.5 O SEGUNDO REINADO: 1870 A 1889	111
3.5.1 A Lei do Ventre Livre	112
3.5.2 Ações de liberdade e ações de escravidão	118
3.5.3 A Lei Áurea	134

4 ANÁLISE CRÍTICA: O ESTATUTO JURÍDICO DO ESCRAVO E A DICOTOMIA ENTRE OBJETO E SUJEITO, ENTRE DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO	153
5 CONCLUSÃO.....	173
REFERÊNCIAS.....	179

1 INTRODUÇÃO

O escravo brasileiro era um objeto de direito em todos os atos e fatos jurídicos? Em que medida os direitos público e privado contribuíram para a emancipação dos cativos? Ambas são perguntas pertinentes ao analisar-se a legislação do Império do Brasil. Dos 66 anos de duração da forma de governo monárquica no país, 65 deram-se com a vigência da propriedade escrava. O escravo era crucial para o trabalho na principal fonte de renda do Império, a agricultura, e a escravidão transcendia para todos os aspectos da sociedade daquela época, na medida em que os cativos trabalhavam e conviviam nos meios rural e urbano, nos âmbitos público e privado. Assim sendo, entender como esse fenômeno era interpretado pelo Direito em diferentes momentos do período imperial é fundamental para compreender a relação entre a forma jurídica e a efetividade da norma; no caso, a propriedade escrava e a sujeição do escravo ao status de objeto de direito.

O fato de diferentes autores em épocas variadas terem escrito sobre o tema, como Perdigão Malheiro ainda no Segundo Reinado, Gilberto Freyre na primeira metade do século XX e diversos nomes, entre os quais se destacam Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, a partir da década de 1950, demonstra o interesse pela importância da escravidão na formação da sociedade brasileira. Com humildade, o presente trabalho busca, mais uma vez, debruçar-se sobre a questão, mas com um enfoque preponderantemente jurídico, por meio da análise da legislação, dos debates parlamentares, da doutrina e dos processos da época. Nesse bojo, o escravo existia porque assim permitia a lei, mas foi uma lei que aboliu a escravidão. Dessa forma, há o intuito de apresentar a relação entre o fenômeno da escravidão e a norma jurídica: como, em determinados momentos, o Direito contribuiu para a permanência e a defesa do escravismo, e de que forma o Direito foi significativo para o abolicionismo.

A complexidade do direito dos escravos não pode ser resumida à afirmação de que o cativo era mero objeto de direito; tampouco, entretanto, ignorar que havia regras que regulamentavam esse estado de coisas é profícuo. O método de análise de diferentes fontes primárias é, essencialmente, a base desta dissertação. Nesse contexto, busca-se não apenas o estudo de cada fonte isoladamente, mas também o estabelecimento de interdependência entre elas, tentando indicar em que medida há linearidade e coerência histórica e jurídica nessa relação, e confirmar as contradições entre leis, tratados, debates e decisões, quando se verificavam, com apoio dos textos de comentadores a respeito do tema. Mediante isso, é possível compreender as distintas nuances da escravidão na legislação brasileira da época.

Objeto ou sujeito, questão pública ou privada: tudo se relaciona com o escravo como submetido a uma ordem de coisas; mas, paralelamente, agente inserido em uma realidade. Esses momentos precisam ser apartados um do outro? Qual direito favorecia os escravos? O público ou o privado? São perguntas que se relacionam, intimamente, com a construção da cidadania e a compreensão do direito de propriedade no Brasil, as quais este trabalho não tem a pretensão de responder plenamente, mas que não serão ignoradas. Em síntese, esta dissertação não busca encerrar a discussão sobre a função do direito na manutenção ou na extinção da propriedade escrava no Império do Brasil, mas sim apresentar as janelas de oportunidade que a norma jurídica apresentava, em períodos históricos diferentes, para que o instituto da escravidão fosse enfraquecido, bem como os momentos de recrudescimento, em que a propriedade escrava era reafirmada e defendida pela legislação.

5 CONCLUSÃO

O processo de emancipação dos escravos no Brasil foi longo e com muitos avanços e retrocessos. Assim como a escravidão foi uma relação jurídica, social e econômica complexa, igualmente intrincada e dependente desses determinantes foi a abolição. Reduzir um ser humano, mediante a forma jurídica, a objeto é difícil, na medida em que essa ficção não pode ser verificada em todos os âmbitos do mundo da vida. Em contrapartida, desfazer essa forma e reconstruir a liberdade e a cidadania são problemas de semelhante esforço. Além disso, é importante compreender que a escravidão constituiu-se uma relação tripartite entre senhor, escravo e Estado, em que cada parte poderia exercer dois momentos que se contrapõem. O senhor pode ser proprietário ou criminoso/usurpador, o escravo pode ser objeto ou sujeito e o Estado pode ser escravista ou antiescravista. Na história do Brasil independente, esses momentos se inter-relacionaram de maneira própria, sem um determinismo histórico, mas com uma dialética social em que a mudança de um implicava na manifestação do outro. Nesse sentido, as oportunidades de emancipação eram sempre um problema para a figura do senhor de escravos, tanto quando os retrocessos representavam um obstáculo para os objetivos dos escravos. O Estado, como forma abstrata em constante construção, não pode ser relacionado nessa concepção dualista, porque ora agia de acordo com os interesses do escravismo, ora em conformidade com os da emancipação. Ainda assim, é difícil caracterizar se e quando houve algum programa racionalizado de fim da escravidão no Brasil, a partir da análise das fontes. Assim sendo, o estudo jurídico histórico auxilia a compreender essa relação tripartite além do materialismo histórico ou social, para uma concepção que, a partir da forma jurídica, entende as limitações e as oportunidades que a norma apresentava em cada momento da história brasileira.

No período colonial, conforme constatado, pode-se verificar que o Estado se apropriou de um conjunto normativo que regulava uma atividade até antes do Império colonial português remanescente da Idade Média para determinar a nova escravidão africana que surgia na América portuguesa. Dessa forma, criaram-se a figura do senhor de escravos do Brasil e do escravo brasileiro, ambas consequências do tráfico, do latifúndio monocultor de exportação e da forma jurídica determinada pelas Ordenações. Não obstante isso, o período pombalino representou um momento de modernização da sociedade e da legislação lusitanas, que aboliu a escravidão no Reino de Portugal e poderia ter seguido seu curso em direção à colônia, o que não ocorreu.

O período joanino representou um obstáculo em direção à emancipação. O governo de Dom João tratou de avançar um projeto dependente da força de trabalho escrava e, para isso,

necessitava defender a escravidão em diferentes âmbitos. Embora pudesse aparentar uma restrição a proibição do tráfico acima do Equador e a promessa de abolição dessa atividade; em verdade, tratou-se de uma parte da estratégia joanina de legitimar a escravidão e o tráfico que fluía das colônias portuguesas na África para o Reino Unido sediado no Brasil. Além disso, as concessões ocorreram devido à pressão da Grã-Bretanha, que seria o grande agente internacional a influir na política brasileira da escravidão até o início do Segundo Reinado. Desse modo, o escravismo conseguiu uma legitimação de suas atividades e aquela legislação remanescente da Idade Média que ainda estava em uso para regular a escravidão foi reforçada com novos Avisos e regulamentos da administração de Dom João, de modo a estabelecer parâmetros para o tráfico e para o comércio de escravos.

O processo de independência e as concepções liberais anteriores à Constituição de 1824 poderiam ter significado outra oportunidade de emancipação. Os projetos de José Bonifácio para a modernização do Brasil e as discussões a respeito da regulamentação da cidadania brasileira durante as sessões da Assembleia Constituinte tiveram na escravidão um de seus principais temas. Ainda assim, o afastamento de Bonifácio da política nacional e o texto outorgado em 25 de março de 1824 demonstram que havia uma escolha política pela continuidade da escravidão como existia nas Ordenações e na legislação joanina, com o intuito de evitar sobressaltos dos defensores do escravismo. Nesse sentido, verifica-se um ganho de importância dos senhores de escravos e dos traficantes, que passaram a ter maior influência na direção da política nacional, conformando um Estado escravista e relegando os escravos à mera situação de objetos de direito, sem disposição para uma mudança dessa conjuntura. Seria necessária a pressão internacional britânica, mais uma vez, que reverteria a pretensão escravista do Império de elidir-se das promessas de abolição do tráfico da administração de Dom João VI. Ainda assim, o custo político do Tratado de 1827 foi o aumento da tensão entre Legislativo e Pedro I, favorecendo a abdicação e o fim do Primeiro Reinado. Uma vez mais, a manutenção da escravidão estava no centro da questão nacional.

A Regência talvez seja o período em que ocorreram as maiores disputas sobre o tema. Menos de seis meses após o 7 de abril, o tráfico foi abolido mediante uma lei nacional, e houve eficácia verificável dessa lei nos primeiros anos. O regresso conservador demonstrou que aquele partido despontava como defensor do comércio de escravos naquela época, ao passo que os liberais estavam divididos a respeito do assunto. As revoltas escravas do período também serviram de justificativa para o retrocesso em direção a alguma possibilidade de emancipação. Ainda assim, os conservadores não foram capazes de extinguir a vigência da lei Feijó, o que se tornaria um mecanismo importante para o abolicionismo nas décadas seguintes.

A primeira década do Segundo Reinado é determinada pela pressão inglesa para a abolição do tráfico. Ameaças britânicas que chegaram quase a um confronto armado generalizado contra o Império foram imperiosas para que o Conselho de Estado e o partido conservador brasileiro expusessem um projeto que endurecia a lei Feijó, sem aboli-la. Nesse ínterim, no último lustro do tráfico, a importação de escravos alcançou sua maior média anual. A lei Eusébio de Queirós representou uma solução ambivalente: contra os escravistas, particularmente os traficantes, houve uma política pública efetiva para encerrar o tráfico; em contrapartida, haveria um longo período de inércia legislativa a respeito do assunto, como se o governo não estivesse mais disposto a novas concessões, na medida em que, vencido o tráfico, a abolição e a destruição da forma jurídica da propriedade escrava seriam o próximo objetivo.

Nesse contexto, as décadas de 1850 e de 1860 são um período de florescimento da atividade econômica no Império, em grande medida produzida por força de trabalho escravizada, seja no centro cafeeiro, seja em províncias distantes, que trabalhavam com *modus operandi* semelhante, como no Rio Grande do Sul. Além disso, a ideia de que com o fim do tráfico o problema do “elemento servil” estaria resolvido mostrava-se enganosa, porque as alforrias no âmbito do direito privado ainda permitiam uma relação permanente entre o antigo senhor e o liberto, que não podia exercer plenamente sua cidadania. Diferentemente da questão do comércio de escravos, embora a conjuntura internacional indicasse avanços em direção ao abolicionismo nos territórios que ainda apresentavam trabalho escravo, foi a pressão de Pedro II fundamental para a libertação do ventre, em 1871. Seria exagero dizer que aquela norma surgiu apenas da vontade pessoal do monarca, mas o relato das Falas do Trono e o enfrentamento contra opiniões majoritárias no Conselho de Estado e no Legislativo que resultaram, até mesmo, em quedas de gabinete demonstram que a agência do imperador acelerou o processo.

A partir da Lei do Ventre Livre, a disputa centrou-se na abolição completa da escravidão e da propriedade escrava, bem como se essa propriedade seria respeitada e ao menos indenizada, ou não. A lei de 28 de setembro de 1871 permitiu aos escravos diversas faculdades como o pecúlio e a contratação de serviços, bem como a compra de sua liberdade, o que representou a criação de direitos e a interferência direta do Estado numa relação de objetificação que, antes daquele momento, era majoritariamente regida pelo direito privado. O polo abolicionista tornou-se mais abrangente, mediante a participação de advogados, magistrados, legisladores e escravos, que faziam uso de diferentes estratégias, da revolta à ação parlamentar, para alcançarem seus objetivos. Ainda assim, houve uma forte resistência de setores da sociedade, como uma parte do Legislativo e do Judiciário, sendo necessário dirimir a controvérsia sobre a

vigência da Lei Feijó, com resultado favorável ao pleno vigor da norma desde 1831. Dessa forma, atestou-se a ilegalidade da escravidão em grande parte do território e apressou-se o movimento abolicionista na década de 1880. Os libertos ganhariam a capacidade eleitoral passiva, e os sexagenários seriam libertados, sem compensação para os antigos donos, além da abolição da pena de açoites. A questão da indenização dos proprietários tornou-se o último bastião do escravismo, à medida que uma parte considerável da propriedade escrava estava dada como garantia de créditos aos senhores; a abolição sem indenização, portanto, representaria uma destruição de capital considerável. Ainda assim, a lei Áurea foi assinada, e o projeto de indenização dos senhores, bem como da reinserção dos escravos no mercado de trabalho, foi abandonado.

Conquanto o processo descrito neste trabalho finde em 1888, não se pode asseverar a mesma coisa para a questão da emancipação dos escravos no Brasil. A dialética entre sujeito e objeto, entre senhor e escravo, não é simples de terminar, uma vez extinta a forma jurídica que lhe dava aparência de legalidade. Tampouco a questão de o Brasil ser um Estado escravista ou antiescravista pode ser abandonada. Nesse último âmbito, a Revolta da Chibata, mais de duas décadas após a abolição, engendrada por marinheiros negros contra a pena de açoites que ainda vigia na Marinha brasileira demonstrou como aspectos do escravismo ainda estavam presentes na sociedade e no Direito brasileiro. Além disso, a demora para a tipificação do crime de racismo, que ocorreria apenas em 1988, um século após a abolição, revelou como a discriminação racial, uma consequência direta da escravidão, não era uma questão prioritária para o Direito pátrio. Nesse sentido, o escravo deixou de ser objeto, mas não necessariamente se tornou, de maneira plena, um sujeito de direito, pois poderia, após a Lei Áurea, por exemplo, ser açoitado se engajado nas Forças Armadas, ou sofrer preconceito por sua cor e origem, algo que não sofreria se não tivesse sido afetado pela escravidão.

Desse modo, espera-se que, mediante este trabalho, não só um panorama jurídico da regulação legislativa da escravidão ao longo da história brasileira possa haver sido apresentado, mas também uma descrição da dinâmica entre escravos, senhores e Estado, assim como entre direito público e privado possa haver sido demonstrada. Além disso, é o intuito deste trabalho aumentar a discussão a respeito das diferentes situações jurídicas que o escravo brasileiro poderia ter, a depender do momento histórico e da incidência da norma no caso concreto, bem como desmentir a necessidade de classificar o cativo exclusivamente como objeto ou sujeito. Finalmente, é mister salientar a importância das fontes jurídicas para esses objetivos, porque, no contexto do Brasil independente, foi o Direito responsável por criar e desmontar, em última análise, o aparato da escravidão.

Em síntese, se o processo de construção jurídica da escravidão não teve uma data para terminar, tampouco o processo de emancipação dos escravos pode apresentar esse marco. É mais interessante pensar em um todo dialético, em que as normas de direito público e privado, assim como os agentes interessados, que se inter-relaciona, em momentos de avanços e de retrocessos. Assim sendo, a janela de oportunidade para a cidadania sempre existirá, mas o risco de uma cidadania incompleta e de um retrocesso do sujeito de direito reduzido a objeto uma vez mais não é impossível. Thomas Jefferson, um escravista em seu tempo, dizia que o preço da liberdade é a eterna vigilância; naquela época, a liberdade era um conceito mais restrito; em contrapartida, com um conceito de liberdade, contemporaneamente, cada vez mais amplo, não é excessivo pensar que essa vigilância também deva ser aumentada.

REFERÊNCIAS

A ABOLIÇÃO NO PARLAMENTO: 65 anos de luta (1823-1888), v. I, p. 611. Biblioteca do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/243294>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 27 de novembro de 1880.

Al ALAM, C.C. **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. 2007. 250 fls. Dissertação (mestrado), Estudos Históricos Latino-Americanos, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

ALVARÁ DE 19 DE SETEMBRO DE 1761. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3108.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2016.

ALVARÁ DE 24 DE NOVEMBRO DE 1813. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-39697-24-novembro-1813-570258-publicacaooriginal-93372-pe.html>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

ALVARÁ DE 26 DE JANEIRO DE 1818, § 6º. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-39266-26-janeiro-1818-569131-publicacaooriginal-92391-pe.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ALVARÁ DE 6 DE JUNHO DE 1755. Disponível da Consolidação das Leis Civis, Título II, Das Cousas, art. 42.

ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823 – Livro II. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%202.pdf> Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823 – Livro III. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%203.pdf> Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823 – Livro IV. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%204.pdf> Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823 – Livro V. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%205.pdf> Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1835, Tomo I. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1835_00001.pdf>. Presente em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>>. Acesso em: Acesso em 20 de dezembro de 2017..

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1835, Tomo II. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1839, Tomo I, 17 de junho de 1839.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1840, Tomo I, 1840.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1840, Tomo II, 7 de julho de 1840.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1847, Tomo I, 28 de maio de 1847.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1847, Tomo II, 15 de julho de 1847.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1850, Tomo II, 12 de julho de 1850.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1871, Sessão de 7 de agosto de 1871.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ACD DE 1836, Tomo I, 25 de junho de 1836. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>> Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ANAIS DO SENADO IMPERIAL, 1831, sessão de 16 de junho de 1831.

ANAIS DO SENADO IMPERIAL, 1831, sessão de 31 de maio de 1831.

ANDRADA E SILVA, J.B. **Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil.**

ATA DE 11 DE JULHO DE 1850. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conselho_de_Estado_1842-1850.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO. Terceiro Conselho de Estado, 1850-1857. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS4-Terceiro_Conselho_de_Estado_1850-1857.pdf> Acesso em: 10 jul. 2017.

AZEVEDO, E. **O direito dos escravos:** lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Unicamp, 2010.

BARRÁN, J.P. Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudilhesco. **História uruguaia.** Tomo 4, 1839-1875. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

BETHELL, L. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869.** Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

BONAVIDES, P.; VIEIRA, R.A.A. **Textos políticos da história do Brasil** (Independência – Império – I). Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s/d.

BONIFÁCIO, J. **Representação à Assembleia Constituinte sobre a escravatura**. p. 11. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01688900/016889_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRASIL. **Coleção das leis do Império do Brasil**. Decreto de 12 de abril de 1832, p. 100 e 101. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-15/Legimp-15_33.pdf#page=6>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do parlamento brasileiro**. Tomo I [1827]. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1878.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do parlamento brasileiro**. Tomo I [1830]. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1878.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do parlamento brasileiro**. Tomo II [1831]. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1878.

BRASIL. **Decreto 3725**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-publicacaooriginal-73127-pe.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Falas do Trono**: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

CARDOSO, F.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 161.

CARTA RÉGIA DE 13 DE MAIO DE 1808. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CARVALHO J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÓDIGO CRIMINAL DE 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

CÓDIGO DE PROCESSO CRIMINAL DO IMPÉRIO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

COLEÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1830, v. 1 pt I. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal de 1830. Capitulo IV Insurreição. Art. 113. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1831, v. 1 pt I. Lei de 7 de novembro de 1831.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1831, v. 1, pt I (publicação original).

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1832, v. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-37370-12-abril-1832-563951-publicacaooriginal-88005-pe.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1871, v. 1, Lei de 28 de setembro de 1885.

CONRAD, R.E. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 77.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO PROCESSO CIVIL, v. II, art. 718 § 2º. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220533>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

CONSTITUIÇÃO DE 1824, artigo 6º, I. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

CONVENÇÃO ADICIONAL ENTRE PORTUGAL E INGLATERRA SOBRE O TRÁFICO DE ESCRAVOS DE 28 DE JULHO DE 1817, p. 5. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1866>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

COSTA E SILVA, Alberto da. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200003>. Acesso em: 1 maio 2016.

COSTA, E.V. **Da senzala à colônia**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas e Sociais, 1982, p. 378.

DECRETO 4.835, de 1º de dezembro de 1871.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO DE 1831. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-37891-22-outubro-1831-565404-publicacaooriginal-89182-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ECHO DO SUL, Jaguarão, a. 2, n. 115, Sábado, 15 de agosto de 1857. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809195&pasta=ano%20186&pesq=>>> Acesso em: 10 jul. 2017.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. O legado da raça branca. v. 1. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FLORENTINO, M. **Em costas negras**: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FREITAS, A.T. **Consolidação das leis civis**. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GAMA, L. A questão jurídica. **A Província de São Paulo**, 27 de novembro de 1880.

GAMA, L. Carta ao dr. Ferreira de Menezes. **A Província de São Paulo**, 18 de dezembro de 1880. In: AZEVEDO, E. **O direito dos escravos**: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Unicamp, 2010.

GRAHAM, M. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

GUTIERREZ, E.J.B. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2. ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HAAG, C. O dia em que o Brasil disse NÃO aos Estados Unidos. **Revista Fapesp**, São Paulo, n. 156, p. 80-85, fev. 2009.

HOLANDA, S.B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1982. Tomo II: O Brasil monárquico, v. I – O processo de emancipação.

HOLANDA, Sérgio Buarque. (2016), **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Org. Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo, Companhia das Letras.

KLEIN, H. S. The atlantic slave trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. In: VERSIANI, F.R. **D. João e a (não) abolição do tráfico de escravos para o Brasil**. p. 19. Disponível em: <http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Flavio-Rabelo-Versiani.pdf> Acesso em: 12 abr. 2016.

LEI 263, de 3 de dezembro de 1841, art. 4º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

LEI 3.270, de 28 de setembro de 1885. DA MATRICULA. Art. 1º [...].

LEI 4, de 10 de junho de 1835. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

LEI 581, de 4 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Código Criminal do Império do Brasil.

LEI DE 18 DE AGOSTO DE 1769, 11º item, aditamento ao Livro III das Ordenações Filipinas.

LEI DE 18 DE AGOSTO DE 1769, 9º item, aditamento ao Livro III das Ordenações Filipinas.

LEI DE 29 DE NOVEMBRO DE 1832, Código de Processo Criminal, Art. 75. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1832, p. 186, v. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

MACHADO, M.H.P.T. **Crime e escravidão**. Uma história social do trabalho e da criminalidade escrava nas lavouras paulistas, 1830-1888. Tese (doutorado), 1985.

MALHEIRO, A.M.P. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866.

MAMIGONIAN, B.G. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Texto original do Aviso de 29 de outubro de 1834. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/infDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_74.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

MANIFESTE DE LA SOCIETE BRESILIENNE POUR L'ABOLITION DE L'ESCLAVAGE. Biblioteca do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242790>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

MANIFESTO ABOLICIONISTA *Ça Ira !* de 19 de agosto de 1882.

MANIFESTO ÀS NAÇÕES AMIGAS DE 6 DE AGOSTO DE 1822. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/manife_sn/antioresa1824/manifestosemnumero-41437-6-agosto-1822-576171-publicacaooriginal-99440-pe.html>. Acesso em: 6 maio 2016.

MENDONÇA, J. **Entre a mão e os anéis**. A lei dos sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil. Campinas: Unicamp, Cecult, 1999.

MORGAN, P.D. The cultural implications of the Atlantic Slave Trade: african regional origins, american destinations and new world developments. In: ELTIS, D.; RICHARDSON, D. (eds.). **Routes to slavery; direction, ethnicity and mortality in the atlantic slave trade**. Londres: Frank Cass, 1997.

MOURÃO, G.M. **A Revolução de 1817 e a História do Brasil**. Brasília: Funag, 2009.

NABUCO, J. **Manifesto da sociedade brasileira contra a escravidão**. p. 15. Biblioteca do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174443>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, 2007.

NEQUETE, L. **Escravos & Magistrados no 2º Reinado**. Brasília: Fundação Petrônio Portela, 1988.

O RADICAL PAULISTANO, 23 de setembro de 1869.

O RIO-GRANDENSE, de 15 de junho de 1854, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764892&pasta=ano%20185&pesq=>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro III, Título IX, item 12, p. 573.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro III, Título LVI, item 11, p. 648.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro III, Título LVI, preâmbulo.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro III, Título LXI, preâmbulo.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título LXIII.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título LXXXI, item 4.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título LXXXV, caput.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título LXXXVI, item 1.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título XVII, preâmbulo e item 1.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título XVII, preâmbulo e itens 2 e 3.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título XVIII, item 5.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título LXII, item 1 e 2.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título LXII, preâmbulo.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título LXIII, preâmbulo.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título LXX, preâmbulo e item 1.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título XCIX, preâmbulo e itens 1 e 2.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título XLI, preâmbulo.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro 4, Título XVII, itens 7 e 9.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Título XXXVI, parágrafo 1º.

PARRON, T.P. **A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865**. 2009. Dissertação (Mestrado), História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-04022010-112116. p. 80.

POVEDA VELASCO, I. M. . **Clóvis Beviláqua e a condição jurídica do escravo romano: influência das idéias romanísticas**. Revista Brasileira de Direito Comparado , Rio de Janeiro, v. 07, n.12, p. 53-62, 1992.

ROSA, E.J. **Paisagens negras: arqueologia da escravidão nas Charqueadas de Pelotas/RS**. 2012. 199 fls. Dissertação (mestrado), Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SILVA JÚNIOR, W.L. Alforria, liberdade e cidadania: o problema da fundamentação legal da manumissão no Antigo Regime ibérico. **Revista de Índias**, v. 73, n. 258, p. 431-458, 2013.

TOMICH, D.W. **Through the prism of slavery: labor, capital and world economy**. Lanham, Rowman & Littlefield, 2004.

TRATADO DE 22 DE JANEIRO DE 1815. Preâmbulo. p. 1. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1764>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

VARGAS, J.M. Abastecendo plantations: a inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 540-566, 2014. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1980-436920140002000025>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ZATTAR, N. O agenciamento enunciativo nas cartas de alforria. **Entrepalavras**, Fortaleza, ano 2, v. 2, n. esp., p. 30, jan./jul. 2012.